

CÂMARA DOS DEPUTADOS
50ª LEGISLATURA
(1995 A 1998)

Sessão Legislativa 1997

15 de dezembro de 1997

ÍNDICE GERAL

I - MATÉRIAS RELEVANTES APRECIADAS

- I.1 - Período Legislativo Ordinário - 1997
- I.2 - Convocação Extraordinária (Janeiro/Fevereiro)
- I.3 - Convocação Extraordinária (Julho)

II - PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

III - COMISSÕES GERAIS

IV - COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - CPI

- IV.1 - CPI Concluídas
- IV-2 - CPI em funcionamento

V - COMISSÕES ESPECIAIS

- V.1 - Comissões Especiais concluídas
- V.2 - Comissões Especiais em funcionamento

VI - COMISSÕES EXTERNAS

- VI.1 - Comissões Externas concluídas
- VI.2 - Comissões Externas em funcionamento

TRABALHOS DA CÂMARA DO DEPUTADOS
Sessão Legislativa 1997
(incluindo Convocações Extraordinárias)

1. Número de sessões realizadas

	262
. Sessões ordinárias não deliberativas	85
. Sessões ordinárias deliberativas	102 *

. Sessões deliberativas extraordinárias	46
. Sessões Solenes	25
. Comissões Gerais	4

* Destas 102 sessões, 32 sessões foram dedicadas à votação da Reforma Administrativa.

2. Número de matérias aprovadas e/ou rejeitadas pelo Plenário 215

	MATÉRIAS APROVADAS	MATÉRIAS REJEITADAS
- Propostas de Emenda à Constituição	4	-
- Projetos de Lei Complementar	4	-
- Projetos de Lei	56	1
- Projetos de Decreto Legislativo	51	1
- Projetos de Resolução	8	-
- Mensagens de Retirada de Proposição	1	-
- Recurso contra Decisão Conclusiva de Comissão	4	4
- Recurso contra Decisão da Mesa	1	3
- Recurso contra Despacho do Presidente sobre Tramitação Conjunta (Art. 142, I do RICD)	1	-
- Requerimentos de Urgência	61	3
- Requerimento para Representação da Câmara por Comissão Externa	9	3
T O T A L	200	15

3. Outras matérias aprovadas e/ou rejeitadas pelo Plenário 674*

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS PELO PLENÁRIO 888

4. Número de reuniões realizadas pelas Comissões Permanentes 962

5. Número de Comissões Temporárias 70

. Especiais, cujos trabalhos foram concluídos	7
. Especiais em funcionamento	35
. Externas, cujos trabalhos foram concluídos	19
. Externas em funcionamento	4

I - MATÉRIAS RELEVANTES APRECIADAS**I-1 - PERÍODO LEGISLATIVO ORDINÁRIO - 1997**

Proposição	Autor	Ementa/Assunto	Data da Aprovação Câmara	Situação
PL 1.131/95	Dep. Feu Rosa	Altera a Lei nº 8.212, de 1991 - Plano de Custeio da Seguridade Social - quanto a pedido de Alvará de Construção e de Carta de Habite-se junto à autoridade municipal.	21.01.97	Lei 9.476/97
PL 7.865/86	Poder Executivo	Institui o Sistema Nacional de Armas - SINARM, estabelece condições para o registro e para o porte de arma de fogo, define crimes e dá outras providências.	19.02.97	Lei 9.437/97
PLP 142/92	Sen. Maurício Correa	Determina os casos em que forças estrangeiras possam transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente.	11.03.97	Lei Complementar 90/97
PL 1.210/95	Dep. Luciano Zica	Altera a redação da Lei 2.004/1953, que dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional de Petróleo - CNP, institui a sociedade por ações Petróleo Brasileiro S/A.	12.03.97	Aprovação do Substitutivo da Comissão Especial ao PL 2.142/96 apensado.
PL 1.435/96	Poder Executivo	Autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos, nas condições que menciona.	18.03.97	Lei 9.461/97
PL 1.936/96	Poder Executivo	Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951.	20.03.97	Lei 9.474/97
PL 2.859/97	Dep. Carlos Apolinário	Dispõe sobre normas gerais de organização que torna obrigatória avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpo de bombeiros militares.	30.04.97	MESA: Vetado totalmente
PL 2.352/96	Dep. Osvaldo Biolchi	Dispõe sobre eleição para prefeito, vice-prefeito e vereadores nos municípios novos criados até 31 de agosto de 1996.	24.04.97	Vetado

PL 1.325/95	Dep. Renato Johnsson	Dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional de Registro - CNRPC institui o direito de proteção de cultivares.	24.04.97	Lei 9.456/97
PL 2.190/96	Dep. Hélio Bicudo	Altera dispositivos dos Decretos-Lei 1001 e 1002, de 21/10/59, Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar, respectivamente.	30.04.97	MESA: Arquivada
PL 2.319/96	Sen. Pedro Simon	Institui o número único de Registro de Identidade Civil.	01.04.97	Lei 9.454/97
PL 821/95	Dep. Renato Johnsson	Regulamenta a Emenda Constitucional nº 8, de 15 de agosto/895, e institui a política de exploração dos serviços públicos de telecomunicações	19.06.97	Lei. 9.472/97
PL 2.757/97	Dep Nelson Marchezan	Dá nova redação ao art. 33 da Lei 9394 de 20/12/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Ensino Religioso nas Escolas)	17.06.97	Lei 9.475/97
PL 3.242/97	Poder Executivo	Dispõe sobre o Sistema Financeiro Imobiliário, institui a alienação fiduciária da coisa imóvel	20.08.97	Lei 9.514/97
PL 4.259/93	Poder Executivo	Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional.	04.09.97	Lei 9.537/97
PL 3.710/93	Poder Executivo	Institui o Código de Trânsito Brasileiro	03.09.97	Lei 9503/97
PL 4.695/94	Sen. Junia Marise	Dispõe sobre a inclusão do Vale do Jequitinhonha do Estado de MG na área de atuação da SUDENE	10.09.97	Lei 9.690/98
PL 2.707/97	Poder Executivo	Dispõe sobre a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades e pelas instituições de pesquisa científica e tecnológica federais.	11.09.97	Lei 9.515/97
PL 2.695/97	Dep. Edinho Araujo	Estabelece normas para as eleições de 3 de outubro de 1998.	25.09.97	Lei 9.504/97
PL 2.085/96	Mesa	Extingue o Instituto de Previdência dos	07.10.97	Lei 9.506/97

	Diretora	Congressistas - IPC		
PL 3.792/93	Dep. Fabio Feldmann	Dispõe sobre a Educação Ambiental, Instituiu a Política nacional de Educação Ambiental.	23.10.97	Lei 9.795/99 (Vetado Parcialmente)
PL 2.353/96	Poder Executivo	Dá nova redação ao art. 30 da Lei nº 6015 de 31/12/73, que dispõe sobre os registros públicos, e acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 9265, que trata de gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania. (Estabelecendo a gratuidade para a emissão do registro civil de nascimento e o assento de óbito)	01.10.97	Lei 9.534/97
PL 2.825/97	Dep. Germano Rigotto	Dispõe sobre a realização de leilão público em Bolsas de Valores, para colocação primária de debêntures emitidas pelas companhias estatais controladas pela União, Estados ou Municípios.	01.10.97	Arquivado no Senado Federal
PL 2.824/97	Dep. Germano Rigotto	Dispõe sobre a realização de leilão público em Bolsas de Valores de títulos públicos estaduais e municipais.	01.10.97	PLP 199/97
PL 2.688/96	Poder Executivo	Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF.	13.11.97	Lei 9.613/98
PL 2.527/96	Dep. Arnaldo Faria de Sá	Revoga a Lei nº 9.311, de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF.	11.11.97	MESA: Arquivada
PLP 14/95	Dep. Júlio César	Altera critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	04.12.97	Lei Complementar 91/97
PLP 147/97	Senado Federal	Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Metropolitana	04.12.97	Lei Complementar 94/98

		do DF e Entorno, e a instituir o Fundo Complementar de Desenvolvimento do DF e Entorno		
PL 667/95	Dep. Nelson Marchezan	Institui o Programa de Renda Familiar Mínima e de Promoção Socioeducativa a crianças e adolescentes em situação de risco social. (Substituído do SF)	04.12.97	Lei 9.531/97
PI 2.353/96	Poder Executivo	Dá nova redação ao art. 30 da Lei 6.015/73, que dispõe sobre os registros públicos. (Serviços notarial e de registro)	04.12.97	Lei 9.534/97
PL 3.500/97	Dep. Telma de Souza	Institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata.	04.12.97	Mesa: Arquivado
PL 3.589/93	Senado Federal	Regulamenta a execução do disposto no art. 14, I, II e II da CF.	05.12.97	Lei 9.709/98
PL 2.802/92	CPI	Altera os parágrafos 1º e 2º e acrescenta os parágrafos 3º, 4º e 5º ao art. 389 do Decreto-lei 5.452, de 1º de maio de 1943. (Dispondo sobre o auxílio creche sob três formas: a creche estabelecimento, a creche convênio e a creche reembolso).	09.12.97	Vetado
PL 469/95	Dep. Alexandre Ceranto	Estabelece medidas de proteção ao trabalho do menor.	09.12.97	MESA: Arquivada
PL 929/95	Dep. Paulo Rocha e outros	Define como crimes, condutas que favorecem ou configuram trabalho forçado e escravo.	09.12.97	Lei 9.777/98
PL 1.889/96	Dep. Rita Camata	Altera dispositivos do Decreto-lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	09.12.97	Lei 9.854/99
PDC 224/95	CRE	Aprova o texto do Estatuto da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado, aprovado na VII	09.12.97	Decreto Legislativo 41/98

		Conferência, realizada de 09 a 31 de outubro de 1951.		
PLP 214/97	Senado Federal	Altera a legislação do imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.	09.12.97	Lei Complementar 92/97
PL 5.430/90	Senado Federal	Altera, atualiza a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.	10.12.97	Lei 9.610/98
PL 1.159/95	Arlindo Chinaglia	Altera dispositivo da Lei nº 6.354/76, que dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol; e a Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993, que institui normas gerais sobre desporto.	10.12.97	Lei 9.615/98

I - 2 - CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

06 DE JANEIRO A 06 DE FEVEREIRO DE 1997

Proposição	Autor	Ementa/Assunto	Data da Aprovação Câmara	Situação
PRC 225/94	Mesa da Câmara dos Deputados	Cria o Centro de Informática da Câmara dos Deputados	21.01.97	Resolução 16/97
PEC 0001-B/95	Dep. Mendonça Filho	Dá nova redação ao § 5º do art. 14, da CF - Reeleição	28.01.97	Emenda Constitucional 16/97
PL 1.131/95	Dep. Feu Rosa	Altera a Lei nº 8.212, de 1991 - Plano de Custeio da Seguridade Social - quanto a pedido de Alvará de Construção e de Carta de Habite-se junto à autoridade municipal.	21.01.97	Lei 9.476/97

I-3 - CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

JULHO/1997

Matérias	Autoria	Ementa	Data da Aprovação	Situação
PEC 173/95	Poder Executivo	Modifica o capítulo da Administração Pública, acrescenta normas às Disposições Constitucionais Gerais e estabelece Normas de Transição (Reforma Administrativa)	09.07.7	Emenda Constitucional 19/98
PEC 449/97	Poder Executivo	Altera dispositivos dos Arts. 71 e 72 do Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994 (Prorroga até 31 de dezembro de 1999 o Fundo de Estabilização Fiscal- FEF)	17.07.97	Emenda Constitucional 17/97
PL 3.100/97	Poder Executivo	Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica a produtores de borracha natural e dá outras providências.	22.07.97	Lei 9.479/97
PL 2.684/96	Poder Executivo	Altera os arts. 43, 44,45, 46, 47, 55 e 77 do Decreto-Lei 2484/40 Código Penal. (Incluindo dentre as penas restritivas de direitos a prestação pecuniária, a perda de bens e valores e o recolhimento domiciliar, caracterizando como penas alternativas.)	23.07.97	Lei 9.714/98

II - PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO APRECIADAS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 1997

Proposição	Autor	Assunto	Data Aprovação CD	Situação
PEC 0001-B/95	Dep. Mendonça Filho	Dá nova redação ao § 5º do art. 14, da CF - Reeleição	28.01.97	Emenda Constitucional 16/97
PEC 449/97	Poder Executivo	Altera dispositivos dos Arts. 71 e 72 do Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994 (Prorroga até 31 de dezembro de 1999 o Fundo de Estabilização Fiscal- FEF)	17.07.97	Emenda Constitucional 17/97
PEC 173/95	Poder Executivo	Modifica o capítulo da Administração Pública, acrescenta normas às Disposições Constitucionais Gerais e estabelece Normas de Transição (Reforma Administrativa)	09.07.97 - 1º turno 26.10.97 - 2º turno	Emenda Constitucional 19/98
PEC 338/96	Poder Executivo	Dispõe sobre o Regime Constitucional dos Militares	22.10.97	Emenda Constitucional 18/98

III - COMISSÕES GERAIS REALIZADAS NO PERÍODO, POR TRANSFORMAÇÃO DE SESSÕES PLENÁRIAS, PARA DEBATE ACERCA DOS SEGUINTE TEMAS:

- . Segurança Pública
- . Corporativismo
- . Privatização da Vale do Rio Doce
- . Aborto

IV - COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - CPIs

IV.1- COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO CUJOS TRABALHOS FORAM CONCLUÍDOS:

- . Nenhuma

IV.2- COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO EM FUNCIONAMENTO:

- . Trabalho Infantil*
- . Tabaco **
- . Crise produção de Borracha **
- . Irregularidades no SUS **
- . Irregularidades na CONAB **

* Comissão Mista Parlamentar de Inquérito

** Aguardando indicação de representantes dos partidos pelas Lideranças.

V - COMISSÕES ESPECIAIS

V.1 - Comissões Especiais cujos trabalhos foram concluídos:

- Destinada a examinar o PL 4425/94 - Planos e Seguros de Saúde
- Destinada a examinar o PL 1210/95 - Política Nacional de Petróleo
- Destinada a examinar o PL 3710/93 - Código de Trânsito
- Destinada a examinar o PL 2648/96 - Organização dos Serviços de Telecomunicação;

- Destinada a examinar o PL 2695/97 - Regulamentação das Eleições de 03/outubro de 1998
- Destinada a examinar o PL 1.159/95 - Desporto
- Destinada a examinar o PL 5430/90 - Direitos Autorais

V.2 - Comissões Especiais em funcionamento

- Edição de Medidas Provisórias
- Incentivo ao Turismo
- Período de funcionamento do Congresso Nacional.
- Número de deputados em cada unidade da federação
- Parlamentarismo.
- Gratuidade dos transportes coletivos urbanos e dos serviços de diversão pública".
- Alistamento Eleitoral
- Modificações na estrutura policial".
- Voto Facultativo
- Imposto sobre distribuição de combustíveis líquidos e gasosos,
- Recursos para irrigação da ilha de Marajó
- Número de Vereadores
- Modificações na estrutura do Poder Judiciário.
- Acumulação de Cargos - odontólogo
- Demarcação das Terras Indígenas
- Imunidade Parlamentar
- Sistema Único de Saúde com o financiamento das redes públicas filantrópicas e conveniadas.
- Remuneração de vereadores e prefeitos municipais
- Modifica o capítulo da Administração Pública
- Sistema Tributário Nacional
- Anistia dos servidores militares

*Destaques, Emendas, Subemendas, Eleição, Parecer; Requerimentos de Adiamento de Discussão ou de Votação, de Destaque, de Encerramento de Discussão; de Inversão de Pauta; de Preferência, de Prorrogação de Sessão; de Retirada de Emenda; de Retirada de Pauta; de Sessão Solene; de Votação art. por art., ou de emendas 1 a 1; de Votação em Globo; para Inclusão de Matéria em Pauta; Concessão de efeito suspensivo ao Recurso em Questão de Ordem.

- Reduz jornada máxima de trabalho para 40 horas semanais
- Julgamento dos Prefeitos
- Regime dos Militares
- Autonomia das Universidades
- Precatórios
- Decoro parlamentar - Regras para investigação
- União civil entre pessoas do mesmo sexo
- DNOCS - (PL 1.673/96)
- Falência e Concordata (PL 4376/97)
- Legislação Eleitoral
- Questão do Desemprego
- Recursos Hídricos
- Segurança Pública
- Sistema Financeiro
- Decisões da IV Conferência Mundial da Mulher
- ALCA

VI - COMISSÕES EXTERNAS

VI.1- Comissões Externas cujos trabalhos foram concluídos:

- Comissão Externa destinada a promover levantamento do Processo Produtivo Básico da Zona Franca de Manaus
- Comissão Externa destina a apurar e acompanhar os desdobramentos dos fatos ocorridos no dia 14 p.passado contra trabalhadores rurais sem-terra, na Fazenda Santa Clara, no Município de Ourilândia do Norte, Estado do Pará.
- Comissão Externa para acompanhar a grave situação que vem passando a rede

hospitalar da Região Metropolitana, determinada pelo fechamento do Hospital Municipal de São Camilo - Esteio/RS, bem como a eminência do fechamento de outros hospitais da região.

- Comissão Externa destinada a colaborar na recepção e no acompanhamento da visita de integrantes do Movimento dos Sem-Terra à Casa.
- Comissão Externa destinada a averiguar *in loco* a situação de conflitos de terra na região do Pontal do Paranapanema, Estado de São Paulo.
- Comissão Externa destinada a representar a Câmara dos Deputados nas cerimônias fúnebres de sepultamento do Senador Darcy Ribeiro.
- Comissão Externa destinada a acompanhar as ações concernentes ao envolvimento do setor de transporte coletivo com a chacina de menores na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro.
- Comissão Externa destinada a acompanhar os acontecimentos relativos a manifestações populares na cidade de Salvador, Bahia.
- Comissão Externa destinada a acompanhar o surto da malária no Estado de Rondônia.
- Comissão Externa destinada a representar a Câmara dos Deputados nas cerimônias fúnebres do sepultamento do Deputado Eduardo Mascarenhas.
- Comissão Externa destinada a representar a Câmara dos Deputados nas cerimônias fúnebres do sepultamento do Frei Damião.
- Comissão Externa destinada a averiguar, no período de 26 a 28.06.97, as condições em que se encontram os presos brasileiros em Ciudad del Leste, na República do Paraguai.
- Comissão Externa destinada a apurar denúncias de exploração e comercialização ilegal de plantas e material genético na Amazônia - Biopirataria na Amazônia.

- Comissão Externa destinada a representar a CD nas solenidades de transladação dos restos mortais do ex-Presidente João Pessoa Cavalcante de Albuquerque.
- Comissão Externa destinada a representar a CD nas cerimônias fúnebres do sepultamento do Deputado Robson Romero.

VI.2 - Comissões Externas em funcionamento

- Comissão Externa destinada a fazer levantamento das obras inacabadas do Governo Federal.
- Comissão Externa destinada acompanhar os procedimentos relativos a demarcação das terras indígenas e as questões decorrentes deste processo.
- Comissão Externa para averiguar a aquisição de madeiras, serrarias e extensas porções de terras brasileiras por grupos asiáticos.
- Comissão Externa para examinar os termos e as condições gerais do processo de Desestatização da Companhia Vale do Rio Doce.